



TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 07/2019

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARICÁ E A ONG
CON-TATO - CENTRO DE PESQUISAS E DE
AÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS.**

O **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro, Maricá, CNPJ/MF n.º 29.131.075/0001-93 doravante denominado **MUNICÍPIO**, por meio do Secretário de Esporte e Lazer, Sr. **CARLOS VAGNER AZEREDO FRAUCHES**, inscrito no CPF sob o n.º 002122487-07, e portador da Cédula de Identidade n.º 7713158-9 – DETRAN/RJ, doravante denominado **MUNICÍPIO** e de outro, a **ONG CON-TATO - CENTRO DE PESQUISAS E DE AÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS**, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.686.998/0001-18, com sede na Rua Rosa e Silva n.º: 83, Grajaú, Rio de Janeiro/RJ CEP: 20541-330, neste ato representado pelo seu procurador, Sr. **Arlton dos Santos Fernandes**, portador da Cédula de Identidade n.º 07777859-5/IFP-RJ, inscrito no CPF sob o n.º 920.352.137-20, após regular Chamamento Público n.º 001/2019, com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/2014 e no Decreto Municipal n.º 54/2017 e 158/2018 e suas alterações, assinam o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, conforme processo administrativo n.º 11133/2019 mediante as seguintes **CLÁUSULAS** e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal n.º 13.019/2014 e suas alterações; do Decreto n.º 54/2017, bem como pelas demais normas citadas no Edital de Chamamento Público n.º 001/2019, as quais a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a gestão administrativa e esportiva do **LOTE 02 DO PROJETO MARICÁ MAIS ESPORTE**, visando a oferta de atividades de iniciação esportiva para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, bem como a promoção de todas as atividades constantes do Termo de Referência para Colaboração, do Plano de Trabalho e da Planilha de Custos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** possui as seguintes obrigações:

- (i) Desenvolver, em conjunto com o **MUNICÍPIO**, o objeto da parceria conforme o Termo de Referência para Colaboração, o Plano de Trabalho e a Planilha de Custos;
- (ii) Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista na Planilha de Custos;
- (iii) Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS 1434

www.marica.rj.gov.br

financeira desta parceria;

- (iv) Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;
- (v) Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;
- (vi) Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;
- (vii) Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item "i" desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;
- (viii) Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;
- (ix) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- (x) Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Controladoria Geral do Município;
- (xi) Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária em instituição financeira indicada pelo Município, apresentando o extrato zerado da referida conta à Comissão Técnica de Avaliação da Secretaria de Esporte e Lazer;
- (xii) Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração/fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- (xiii) Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.
- (xiv) Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;
- (xv) Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;
- (xvi) Apresentar relatórios de Execução do Objeto e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro;
- (xvii) Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a presente parceria, na forma estabelecida do Decreto Municipal nº 54/2017 e 158/2018;
- (xviii) Observar as normas contidas na Lei Federal nº 8.069/90.
- (xix) Na hipótese de haver contrapartida deverá ser discriminada e deverá ser prevista a forma de sua aferição em bens e/ou serviços necessários à consecução do objeto, na forma do parágrafo primeiro do Artigo 35 da Lei nº 13.019/2014 e artigo 22, § 1º do Decreto Municipal nº 54/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

- (i) Através da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer** supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do Termo de Referência para Colaboração e do Plano de Trabalho objeto do presente TERMO;
- (ii) Repassar à **ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL** os recursos necessários à



execução deste TERMO;

- (iii) Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela **ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL**;
- (iv) Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.
- (v) Realizar o cadastramento do termo de Colaboração, junto ao SIGFIS nos moldes das deliberações nº TCE/RJ nº 280 e 281.

CLÁUSULA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

- (i) utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- (ii) remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal, cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento;
- (iii) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- (iv) realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;
- (v) efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;
- (vi) transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;
- (vii) realizar despesas com:
 - (a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
 - (b) publicidade, salvo as previstas no Termo de Referência de Colaboração e no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
 - (c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências Decreto Municipal nº 158/2018;
 - (d) obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de **12 (DOZE) MESES**, a contar da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no caput poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o **MUNICÍPIO** e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.

Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, devidamente formalizada e justificada, a ser



apresentada junto ao **MUNICÍPIO** em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do **MUNICÍPIO** dentro do período de sua vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no caput poderá ser prorrogado de ofício pelo **MUNICÍPIO**, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária – FINCON.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do Termo de Fomento ou Termo de colaboração ou do Termo de referência para Colaboração, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

- 1) por termo aditivo à parceria para:
 - a) redução do valor global, sem limitação de montante;
 - b) prorrogação da vigência, observados os limites do art. 26;
 - c) alteração da destinação dos bens remanescentes;
 - d) prorrogação da vigência, antes do seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;
 - e) demais casos de alterações que se façam necessários, desde que permitidos por lei.
- 2) Por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de:
 - a) Utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução de parceria;
 - b) Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;
 - c) Indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas no “caput”, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

- (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;
- (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

Nos termos do Decreto Municipal nº 54/2017, o reajuste de preços, se cabível, somente será devido, por ocasião da prorrogação da vigência do termo de colaboração, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

- (i) no caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;
- (ii) em relação aos demais custos e despesas previstos no Termo, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato do Termo.

Parágrafo Primeiro: Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

Parágrafo Segundo: O pleito de reajuste deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Parágrafo Terceiro: Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação do Termo ou com o encerramento da vigência da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R\$ 5.778.257,64 (cinco milhões, setecentos e setenta e oito mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), e correrá a conta do Programa de Trabalho: 19.01.27.812.0034.1282; Elemento de Despesa: 3.3.3.5.0.39.00.00.00; Origem do Recurso: 236 e será pago em 03 (três) parcelas quadrimestrais, nos valores discriminados abaixo, tendo sido emitida a Nota de Empenho N° 3615/2019 em 23/12/2019, no valor de R\$ 112.355,01 (cento e doze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e um centavo).

Descrição	Percentual (Valor)	Condição para o Desembolso
1ª Parcela	40%	Assinatura do Termo de Colaboração
2ª Parcela	30%	Aceite dos relatórios de prestação de contas referentes ao 1º, 2º e 3º mês de execução e de atividades executadas no 1º trimestre.
3ª Parcela	30%	Aceite dos relatórios de prestação de contas referentes aos 4º, 5º e 6º e 7º meses.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, começando o primeiro desembolso na assinatura do Termo de Colaboração, sendo certo que os demais ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, já mencionada no CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no caput serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada em até 15 (quinze) dias após a celebração do TERMO e as demais, trimestralmente, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Termo de referência para colaboração.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do penúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica na instituição financeira indicada pela Administração Municipal e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

PARÁGRAFO SEXTO: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.



PARÁGRAFO SÉTIMO: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1ª prestação de contas	1º, 2º, 3º mês de execução e, além dos relatórios de atividades executadas referentes ao 1º, 2º e 3º mês de execução.
2ª prestação de contas	4º, 5º e 6º mês de execução, além dos relatórios de atividades executadas referentes ao 4º, 5º e 6º mês de execução.
3ª prestação de contas	7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º mês de projeto, além dos relatórios de atividades executadas referentes ao 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, mês de execução, para finalização do projeto.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados na Resolução Conjunta CGM/PGM Nº 001/2018.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo **MUNICÍPIO** se estiver instruída com todos os documentos referidos no **PARÁGRAFO PRIMEIRO**.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: "Prestação de Contas nº xxx/xxxx – **TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2019**, entre a **ONG CON-TATO - CENTRO DE PESQUISAS E DE AÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS** e a **Secretaria de Municipal de Esporte e Lazer**".

Parágrafo Sexto: A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Monitoramento e a Avaliação da execução do Termo de Colaboração caberá ao **MUNICÍPIO**, em especial à Comissão Técnica de Monitoramento e Avaliação nomeada por Portaria da Secretária Municipal de Esporte e Lazer, a quem incumbirá a prática de todos os atos próprios ao exercício da atividade fiscalizatória.

Parágrafo Primeiro - A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo **MUNICÍPIO**, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 11133/2019

Data do início 07/05/19

Folha 2

Pis. 1789

Parágrafo Segundo - Compete à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL fazer minucioso exame das especificações dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar às comissões de monitoramento e avaliações todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Terceiro - A atuação de monitoramento e avaliação em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL no que concerne à execução do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO.

Parágrafo Quarto - O monitoramento e avaliação, por meio de relatório de atividades ou quaisquer outros documentos exigidos, analisarão todas as questões pertinentes à execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, em especial o emprego adequado dos recursos públicos repassados e os resultados obtidos na sua execução, por meio dos indicadores de desempenho estabelecidos, e seu confronto com as metas pactuadas e com a economicidade.

Parágrafo Quinto - No caso do não atingimento das metas pactuadas ou da verificação de qualquer desconformidade na execução do TERMO DE COLABORAÇÃO o monitoramento e avaliação deverá encaminhar relatório ao Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Termo de Referência para Colaboração, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

- (i) Advertência;
- (ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- (iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (II).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretário Geral e de Governo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto



PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 111331/2018

Data do início 07/05/19

Subscrição 2

Valor 1390

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO** pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O **MUNICÍPIO** não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, o **MUNICÍPIO** poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o **MUNICÍPIO** suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, ficando esta obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o **MUNICÍPIO** poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- (i) retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- (ii) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** até o momento em que o **MUNICÍPIO** assumir essas responsabilidades.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município de Maricá, à conta do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

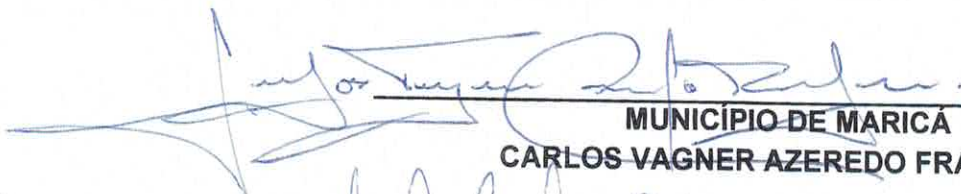
O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Maricá, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 04 (quatro) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Maricá, 23 de dezembro de 2019.


MUNICÍPIO DE MARICÁ
CARLOS VAGNER AZEREDO FRAUCHES


ONG CON-TATO - CENTRO DE PESQUISAS E DE AÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS
Arilton dos Santos Fernandes



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

RUA ALVARES DE CASTRO, 346
MARICÁ
2126372055

NOTA DE EMISSÃO Nº: 003615

DATA DE EMISSÃO : 23/12/2019

TIPO : GLOBAL

29.131.075/0001-93

Órgão : 19 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
Unidade : 01 - GABINETE DO SECRETÁRIO
Função : 27 - DESPORTO E LAZER
Subfunção : 812 - Desporto Comunitário
Programa : 0034 - SOCIALIZANDO ATIVIDADES ESPORTIVAS
Proj/Ativ : 1282 - MARICÁ MAIS ESPORTE
Rubrica : 3.3.3.5.0.39.00.00.00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Recurso : 236 - ROYALTIES PARTICIPACAO ESPECIAL

Reduzido : 16327

Licitação :

Modalidade de Licitação : CHAMAMENTO PÚBLICO

Característica Peculiar : 000 - NÃO SE APLICA

Dados do Credor:

Nº Credor : 277447 CNPJ : 03.686.998/0001-18
Nome : ONG CON-TATO CENTRO DE PESQ E DE AÇOES
Endereço : ROSA E SILVA, 83
Município : RIO DE JANEIRO-RJ CEP : 20541330
Telefone : Fax :
Banco/Ag./Conta : 104 / 0201-1 / 1882-9

PROCESSO DE COMPRA Nº 022929 SEQ. DO EMPENHO Nº 063101
AUTORIZAÇÃO Nº 45118 PROC. ADMIN (P.A.) : 11133/2019

Valor Orçado 5.000.756,55 Saldo Anterior 112.355,27

Valor Empenhado 112.355,01 Saldo Atual 0,26

QUANT	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3.3.3.5.0.39.01.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica SERVIÇO DE INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS (Gestão Administrativa e Esportiva do Projeto Maricá Esporte Presente) - SOLICITAÇÃO: 35317	112.355,01	112.355,01
RESUMO : REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PUBLICO COM FUNDAMENTO NA LEI 13.019 DE 31/07/2014, ALTERADA PELA 13.204 14/12/2015, COMBINADA COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 054/2017 DE 30 DE MAIO DE 2017, PARA EXECUÇÃO DO OTE 02 DO PROJETO MARICÁ MAIS ESPORTE. PROCESSO:11133/2019.			
DESTINO :		TOTAL	112.355,01

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo Número: 11133/19

Data de início: 02/05/19

Assinatura: [assinatura]

Encarregado do Serviço

Credor

Planejamento

Secretário Responsável

Carlos Wagner Azevedo
mat 2123



MUNICÍPIO MUNICIPAL DE MARICÁ
 RUA ALVARES DE CASTRO, 346
 MARICÁ
 2126372055

NOTA DE EMPENHO Nº: 000201
DATA DE EMISSÃO : 02/01/2020
TIPO : GLOBAL

29.131.075/0001-93

Órgão : 19 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
Unidade : 01 - GABINETE DO SECRETÁRIO
Função : 27 - DESPORTO E LAZER
Subfunção : 812 - Desporto Comunitário
Programa : 0034 - SOCIALIZANDO ATIVIDADES ESPORTIVAS
Proj/Ativ : 1282 - MARICÁ MAIS ESPORTE
Rubrica : 3.3.3.5.0.39.00.00.00
 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Recurso : 236 - ROYALTIES PARTICIPACAO ESPECIAL

Reduzido : 16327
Licitação :

Modalidade de Licitação : CHAMAMENTO PÚBLICO
Característica Peculiar : 000 - NÃO SE APLICA

Dados do Credor:
Nº Credor : 277447 **CNPJ**: 03.686.998/0001-18
Nome : ONG CON-TATO CENTRO DE PESQ E DE AÇÕES
Endereço : ROSA E SILVA, 83
Município : RIO DE JANEIRO-RJ **CEP** : 20541330
Telefone : **Fax** :
Banco/Ag./Conta : 104 / 0201-1 / 1882-9

PROCESSO DE COMPRA Nº 023284 **SEQ. DO EMPENHO Nº** 063494
AUTORIZAÇÃO Nº 45516 **PROC. ADMIN (P.A.)** : 11133/2019

Valor Orçado	8.000.000,00	Saldo Anterior	8.000.000,00
---------------------	--------------	-----------------------	--------------

Valor Empenhado	5.665.902,63	Saldo Atual	2.334.097,37
------------------------	--------------	--------------------	--------------

QUANT	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3.3.3.5.0.39.01.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica SERVIÇO DE INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS (Gestão Administrativa e Esportiva do Projeto Maricá Esporte Presente) - SOLICITAÇÃO: 35739	5.665.902,63	5.665.902,63
<p style="text-align: center;">RECEITA MUNICIPAL DE MARICÁ Processo Número: <u>11133/19</u> Data do Início: <u>09/05/19</u> Rendas: <u>f</u> R\$. _____</p>			
RESUMO : Complementação de empenho- REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PUBLICO COM FUNDAMENTO NA LEI 13.019 DE 31/07/2014, ALTERADA PELA 13.204 14/12/2015, COMBINADA COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 054/2017 DE 30 DE MAIO DE 2017, PARA EXECUÇÃO DO LOTE 02 DO PROJETO MARICÁ MAIS ESPORTE. PROCESSO:11133/2019.			
DESTINO :		TOTAL	5.665.902,63

Encarregado do Serviço: _____ Credor: _____

Planejamento: _____

Carlos Wagner Azeredo Frauches
 Secretário de Esporte e Lazer
 Secretário Responsável

(Stamps: ANA PEREIRA COSTA DO LIZIA, MAI 198.052, etc.)